APRESENTAÇÃO

Este dossiê da revista *Opsis* intitulado *50 anos do Golpe: Poder, Cultura e Ideologia no Brasil e América Latina* discute, por meio dos textos de seus/suas colaboradores/as, questões candentes sobre o tema de forma oportuna neste momento em que se completa 50 anos de um golpe de Estado que interrompeu, mais uma vez, um período de constitucionalidade democrática, nos moldes vigentes durante o governo de Juscelino Kubistchek e os de Jango Goulart e Jânio Quadros. Por mais de 20 anos o país retornará à obscuridade que as ditaduras impõem em nome da ordem e da segurança nacional, e ainda hoje os grilhões implantados no país se fazem presentes não apenas nas instituições do Estado, mas também nas vozes daqueles que consideram mais fácil agir sorrateiramente, tentando solapar com os argumentos de sempre, as discussões e as manifestações que põem na ordem do dia as demandas sociais, as críticas e as proposta sobre a coisa pública. Sim, porque ao longo de quase todo o século XX, os segmentos dominantes defenderam com punhos de ferro, na verdadeira acepção da palavra, seus interesses autocratas, respaldados na defesa da nação contra o comunismo, o eterno inimigo que se punha em todos os cantos, tanto interna quanto externamente. Nesta lógica qualquer um que ousasse pronunciar-se criticamente sobre a coisa pública era "enquadrado" como comunista. Se não fosse tão trágico para um país viver nestas condições, poderiam ser tomados como comédia os incontáveis relatórios de agentes do Estado, tais as absurdidades que ali se encontram. Mas estes foram pagos com dinheiro público para vigiar, suspeitar, formar dossiês, formular provas condenatórias, prender, torturar, matar e estenderam seus braços a todos os rincões do país, daí não ser possível fazer pilhéria de tais escritos por sua absurdidade, por não poderem ser tomados em separado da função social repressora que cumpriram.

Versam sobre tais questões os textos aqui apresentados, embora as evidências históricas trazidas pelos/as autores/as não esgotem o cerne do conteúdo, pois, inerente ao conjunto dos textos consolida-se um profícuo debate historiográfico. Em torno do tema da ditadura autores/as expõe suas tendências, que tanto repõem a primazia à produção humana individual como resultante da produção coletiva e sujeitos ativos na correlação de forças que compõe a dinâmica histórica, quanto adentram à hermenêutica que prioriza, na análise discursiva, a subjetividade que se expressa nas memórias, extraídas preferencialmente de entrevistas, na iconografia tomada como símbolos ou signos.

Neste sentido o presente dossiê compõe-se de textos que, coerentes com a temática que o define, adentram vários dos aspectos que configuram a ditadura brasileira, com incursões nas latino-americanas, tanto do ponto de vista das proposituras, articulações e conflitos internos do poder, incluindo-

se aí a função social cumprida pelos Estados Unidos, quanto das resistências, sejam as organizadas partidariamente ou aquelas postas pela própria existência, conforme preceito de E.P. Thompson. Neste sentido, os dois textos que abrem este número, apontam tal conteúdo. José Henrique Singolano Néspoli recupera o conceito de cultura política, conforme desenvolvido pela historiografia norte-americana voltada para "investigar os condicionantes sociais que poderiam garantir a estabilidade dos regimes liberais democráticos". Tendo como cerne analisar elementos culturais como valores, comportamentos, e atitudes frente aos sistemas políticos, situa as principais referências intelectuais e os debates teóricos que contribuíram para delimitar o conceito, assim como sua apropriação para fundamentar práticas políticas na Segunda Grande Guerra. A seguir Rodrigo Pezzonia adentra aos embates teóricos sobre o papel da vanguarda na organização e nas estratégias de ação, que dois intelectuais integrantes da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), desencadearam nos anos posteriores ao golpe de 1964. O próprio título *"Entre o 'massismo' e o 'militarismo'"*, indica os embates entre dois dos principais teóricos da guerrilha, os quais, além de uma produção intelectual acadêmica com enorme repercussão nacional e internacional até os dias de hoje. Na qualidade de exilados se desdobraram nas denúncias das violências cometidas pela ditadura no Brasil, o que, na ocasião era negado pelos militares de plantão e por seus apoiadores e no apoio aos refugiados e perseguidos pelos braços das polícias nacionais em suas conexões internacionais. Ambos, embora divirjam, analisam as condições concretas vigentes naqueles anos, pronunciando-se sobre o papel das organizações armadas e outras que lutavam contra a ditadura, a relação entre as lideranças e a população em geral, particularmente pelo isolamento em que os integrantes da luta armada se viram.

Ambos os textos se conectam de forma crítica ou denunciadora, com os preceitos teóricos fundantes das ações da ditadura, calcadas na Doutrina de Segurança Nacional. Tal doutrina, assim como a função social que cumpriu, é abordada pelos três textos seguintes, dois que se referem ao Brasil e um que aponta a vigência de ditames semelhantes no México, na época coetânea á das ditaduras latino-americanas. Conforme aborda Ailton Laurentino Caris Fagundes, em que pesem os embates no interior da aliança civil militar que engendrou o golpe de 1964, após este, tornou-se necessário "resolver as divergências no interior das forças armadas e superar a desconfiança dos grupos civis", para o que a recorrência à Doutrina foi essencial. Neste sentido o autor situa a criação do IPE, em 1961, entidade que congregou uma parcela importante da elite econômica, composta fundamentalmente por empresários e os integrantes da ESG que, desde os idos da década de 1950, discutiam alternativas para o país. Os preceitos de supremacia do Estado sobre a sociedade, seu papel condutor na promoção do desenvol-

vimento, mediante a centralização do poder, pois isto exigiria "disciplina, austeridade, sacrifícios e renúncias por parte dos grupos e indivíduos", são retomados através da demonstração das práticas ditatoriais que as comprovam. E, dentre tais práticas, os autores Victor Leandro Chaves Gomes e Hélio de Lena destacam, no texto seguinte, os Atos Institucionais. Segundo apontam, são tais Atos "legitimadores de uma prática política genuinamente militar", o que revela, por seus entendimentos, a particularidade da ditadura brasileira relativamente às latino-americanas, inclusive pela convergência entre os preceitos da Doutrina e a estrutura organizacional militar fincada na "hierarquia, disciplina e a missão" de responder pelo destino do país. Fatores estes que permitem a edificação de um Estado de "perfil Burocrático-Autoritário", capaz de fazer vigorar os Atos Institucionais.

O que significou, na prática, a aplicação desta doutrina fica exemplificada no texto da Patricia Sposito Mechi, *As Forças Armadas e a barbárie no Araguaia: A repressão à guerrilha entre 1972 e 1974,* que, a partir de documentos produzidos pelas Forças Armadas, analisa a repressão á guerrilha do Araguaia, como parte da estratégia de aniquilação do "inimigo interno", o que incluía o extermínio dos guerrilheiros, assim como o foi a repressão aos camponeses no mesmo período.

A abrangência continental da adoção de tais preceitos e sua similaridade com a Doutrina de Segurança dos Estados Unidos evidencia-se no estudo de Azucena Citlalli Jaso Galván, autora mexicana que demonstra com perspicácia, como tais diretrizes foram introjetadas pelo exército mexicano e pelos congressistas mexicanos durante o governo de Gustavo Díaz Ordaz (1964-1970). Conforme explicita, isto ocorreu em um país considerado democrático, distante das "guerras sujas resultantes da radicalização da esquerda ou da direita" e dos golpes militares que acometiam o continente na segunda metade do século XX. Comprova-se assim, mais uma vez, o papel que os EUA e suas doutrinas de segurança nacional e contra insurgência desempenharam na "repressão aos grupos de oposição na América Latina, tanto nas ditaduras, como nas democracias".

Em 1965, o Brasil adere ao plano norte americano de declarar guerra à República Dominicana, cuja população clamava pela volta do presidente socialdemocrata, Juan Bosch, eleito em 1963 e derrubado pelo governo norte americano sob a acusação de pró-comunista no mesmo ano. Ante a reação da sociedade dominicana, o presidente Lyndon Jonhson necessitava do respaldo da OEA e conclamou o apoio dos países latino-americanos, no que Castelo Branco atendeu prontamente, inclusive liderando a Força Interamericana de Paz (FIP) que massacrou a reação dominicana. Este tema é trazido por Leonardo da Rocha Botega e Leandro Morgenfeld, que contrastam, com sua análise, a posição assumida pela Argentina e a do Brasil, ante os acontecimentos e a pressão norte-americana. A recusa da Argentina

em endossar tais posições, com o massivo apoio do peronismo e de outras forças organizadas, acentua o esgarçamento das relações entre estes dois países no campo das relações internacionais.

As relações continentais do Brasil transparecem no texto *Nas fronteiras da militância entre o Brasil e o Chile,* de Maria Socorro Sousa Araújo, a partir da correspondência particular de uma militante brasileira mato-grossense, Jane Vanini, que se refugia no Chile no período de 1972 a 1974. Conforme enfatiza a autora, "Os conteúdos dão relevo às escolhas e paixões políticas, utopias, vitórias e até fracassos, desencantos e derrotas de homens e mulheres que construíram vivências nas dimensões e teias dos projetos revolucionários" e revelam "revelam mundos plurais e vidas singulares**".**

Centrando-se novamente no Brasil, os três textos seguintes formam um uníssono na demonstração do que significaram as políticas públicas vinculadas aos ditames ditatoriais de promoção do desenvolvimento nacional. Tratam, com perspectivas analíticas distintas, um do problema do Estatuto da Terra, outro do Código de Energia Elétrica, e o terceiro, das políticas educacionais para a formação de profissionais na área técnica.

Uma das questões candentes a ser encaminhada e necessária ao desenvolvimento do capitalismo no país estava vinculada ao Estatuto da Terra, ou seja, a reforma agrária. Nos idos da década de 1960 este tema era recorrente nos embates entre as forças sociais organizadas, fazendo emergir várias propostas alternativas que iam desde aquela voltada para a promoção de maior acesso, igualdade de oportunidades e reconhecimento de direitos aos antigos posseiros, sitiantes e arrendatários, entre outros, até aquela que preconizava a centralização das decisões sobre as contendas regionais e locais. Tal centralização, segundo o autor de tais ideias, o economista Roberto Campos, era necessária para viabilizar a "formação dos complexos agroindustriais e as intenções de se transformar pequenas propriedades em empresas". Conforme Wanderson Fabio de Melo, em *Roberto Campos em defesa do Estatuto da Terra: disputas no encaminhamento da questão agrária na ditadura*, o encaminhamento da solução veio no Governo de Castello Branco, momento em que muitas das propostas de Campos são transformadas em políticas públicas, quando não fundamentam outras, transformando e este autor em um dos grandes ideólogos da ditadura, a somar com os preceitos da Doutrina acima aludida.

As ideias de Campos são também o mote para as políticas adotadas no setor de energia elétrica, no governo de Geisel (1974-97), após uma longa trajetória de debates, milongas, e impasses, postas no cenário nacional desde o período Vargas. Conforme Marcelo Squinca Silva, analista desta temática, no mesmo diapasão centralizador e voltado para os mega empreendimentos viabilizados por meio de parceiras com o capital internacional, os profissionais da Coordenação dos Programas de Pós-graduação de Enge-

nharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (COPPE/UFRJ), embora críticos ao governo desenvolveram os estudos necessários à viabilização das propostas no setor de energia elétrica. Assim é que, em 1970, foi assinado "contrato com FURNAS Centrais Elétricas, visando a realização de estudos na área de recursos hídricos e de barragens. Vários outros contratos tornou a Petrobrás "um cliente parceiro da COPPE a partir de 1975, formalizando-se um intercâmbio sistemático, e que culminou no Acordo Nuclear Brasil-Alemanha, firmado em 27 de junho de 1975.

A opção da ditadura bonapartista pelos mega projetos integrava demandas impostas pelo capital internacional em sua dinâmica neoliberal. Para os países subordinados e dependentes impôs-se a renovação do parque tecnológico sob pena de não atendimento às necessidades do próprio capital. Além das transformações na finalidade do Estado que passam de protetor a regulador do mercado, impôs-se a oligopolização do capital financeiro, o que alterou profundamente o trabalho bancário. Ou seja, essa categoria foi uma das primeiras a sentir no quotidiano de suas vidas profissionais e pessoais, o impacto do fechamento massivo de postos de trabalhos resultantes da tecnificação das rotinas, a perda de sua centralidade na cadeia produtiva vinculada ao capital financeiro, às leis coercitivas contra suas organizações, a repressão e todas as formas de violência que logo se abateriam sobre todos os trabalhadores. Isto porque, para a reestruturação produtiva foi necessário, primeiro, desonerar o capital financeiro e desburocratizar as rotinas. A reação dos bancários logo se fez sentir e são eles que desencadeiam as primeiras greves do período ditatorial, já no ano de 1964 que se estenderão por todo o período ditatorial. Assim, são eles os que experimentam primeiramente as intervenções sindicais e sofrem o impacto da aplicação da lei de greve, decretada já em 1964. São estes os temas tratados por Danielle Franco Rocha, cujo texto *As lutas dos trabalhadores bancários contra a ditadura (1964-1985) no Brasil: a oposição às intervenções sindicais e à lei de greve* situa as intervenções nas organizações dos trabalhadores, em especial nos sindicais bancários em face á Lei 4.330/64 e o Decreto 1.632/78, que dispõem sobre o direito e a proibição das greves.

Quando as reações das diferentes categorias de trabalhadores se fizeram ouvir por todo o país, eclodindo em greves e denúncias contra a flexibilização do trabalho e a corrosão salarial que os aviltava, a revista Veja se pronunciava de forma bastante sutil, fazendo um contraponto entre a escrita e a imagem, conforme analisado por José Lúcio da Silva Menezes em seu texto *Fotografia na Imprensa: conflitos na câmara escura*. Utilizando-se da fotografia como documento histórico, este autor evidencia as contradições acima aludidas, objetivando a mensagem desqualificadora sobre os trabalhadores, particularmente operários, que transmite de forma sublinear a seus leitores.

Outra área integrante do plano de desenvolvimento do país foi a

educacional. Considerada área de segurança nacional, por consubstanciar a formação das crianças e dos jovens, ficou a cargo de Jarbas Passarinho. Á época do AI-5, em 1968, Passarinho era Ministro do Trabalho e da Previdência Social, assumindo no ano seguinte, por nomeação de Médici, então chefe da ditadura, Ministro da Educação. Nessa qualidade promoveu várias intervenções no sistema educacional, inclusive a reforma universitária que ficou conhecida por MEC-USAID, dada a parceria com o governo norte-americano. Desde aí retoma outro problema que percorre praticamente toda a história do país, a do ensino profissional, que é o objeto das reflexões de Maria Cristina Giorgi e Fabio Sampaio de Almeida. De forma corajosa os autores integram-se ao debate vigente entre os profissionais da educação, sobre a pertinência de investimentos públicos nesta modalidade de ensino. Demonizada por uns que acusam tais políticas de promoção de um ensino de segunda linha, sem a propedêutica que viabiliza conhecimentos mais aprofundados e, voltada para a formação de mão de obra técnica e mal remunerada para o mercado, nunca foi, de fato, viabilizada por qualquer governo, em que pesem as tentativas ao longo da historia do país no século XX. Sem adentrar a tais questões, os autores retomam a discussão sobre a premência de se pensar uma solução para o ensino profissional, recuperando as iniciativas de ampliar tal modalidade, tomadas durante o período ditatorial, apontando par a "a necessidade de maior reflexão sobre de que forma a educação, em lugar de ser instrumento do capital, pode contribuir para a formação de um trabalhador agente de sua própria cidadania".

As intervenções bonapartistas na educação atingiram em cheio as organizações estudantis que vinham em um crescendo no interior das mobilizações por reformas de base, desde o início da década de 1960. O impacto da repressão sobre os estudantes tem sido analisado por vários estudiosos, mesmo porque muitos dos desaparecidos, presos, exilados eram estudantes que, inconformados com o que ocorria passaram a integrar várias organizações de resistência e confronto com as forças armadas. Mas pouco ainda se analisou o impacto da repressão contra os estudantes de pequenas cidades, municípios, ou mesmo Estados. Este é um aspecto que configura a originalidade deste dossiê que circunscreve tais particularidades, extraídas de regiões distintas do país. A unidade entre textos que situam especificidades distintas, mas todas referidas á mesma temática culmina na objetivação da ação repressiva em todos os rincões deste país. A começar pelo estudo encetado por Jose Lima Soares que resgata a trajetória do movimento estudantil de Catolé do Rocha, no interior do sertão paraibano. A partir de entrevistas o autor, conforme suas palavras, "mescla memória e história, cultura e política e a paixão pela causa revolucionária" de jovens secundaristas que gestavam, com seus encontros, leituras, panfletagens e discussões acaloradas sobre teatro, política, literatura, cinema, MPB, um clima cultural dos mais

profícuos. Mas eram os idos de 1969 e como ocorria em todo o país, a repressão ceifou tais iniciativas com a violência costumeira, prendendo todos e matando sua liderança. Longe das possibilidades de verem suas histórias denunciadas internacionalmente, experiências semelhantes não podem ser deixadas ao esquecimento, pois clarificam a extensão da repressão e também como a ditadura colocou uma cunha no desenvolvimento da consciência crítica e propositiva sobre a coisa pública. O que fica explicitado também na investigação de Mauricio Brito sobre a invasão das tropas da Polícia Militar na Universidade em 1964, no dia em que se reunia o CONSUNI/UFBA. Mas o autor vai além desta denuncia. Sua análise das atas de reuniões desse Conselho Universitário lhe permite afirmar sobre o apoio da cúpula daquela instituição de ensino superior ao Golpe de 1964 alertando que "não devemos subestimar o poder de pressão dos diretores naquele contexto e o papel de coerção das autoridades universitárias no interior das Faculdades".

As forças reacionárias apoiadoras do golpe mostraram sua face de muitas outras formas, e em lugares distantes dos grandes centros urbanos. Exemplo disso encontra-se no estudo *Memórias de um golpe: Ituiutaba, MG, Brasil (1964)* de Dalva Maria de Oliveira Silva e Caio Vinicius de Carvalho Ferreira sobre um "golpe dentro do golpe" ocorrido na pequena, mas próspera cidade de Ituiutaba, no interior do Estado de Minas Gerais. Pertencente "à microrregião do chamado Pontal do Triângulo Mineiro, durante a década de 1960, era um polo nacional de produção de arroz, recebendo o título de 'capital do arroz'." A ditadura ensejou aos golpistas da cidade a possibilidade de, com o apoio de uma junta militar enviada pelo governo federal, forçar "renúncia do prefeito, do vice, e de alguns vereadores, além da prisão de três desses últimos e de um assessor do prefeito", além de fechar o jornal da cidade e obrigar seu editor a prestar depoimento no DOPs de Belo Horizonte.

Em todo o país o poder executivo eleito foi destituído por juntas militares com o apoio de civis, como explicitado no caso acima e também no estudo de Edilza Joana Fontes que analisa a cassação dos mandados do governador "Aurélio do Carmo, do vice-governador, do prefeito de Belém, e de vários deputados estaduais e federais", acompanhada da repressão ao movimento estudantil e á imprensa, desde o ano de 1964. Mas a autora vai além ao refletir sobre a postura do PSD de apoio ás prisões de mais de meia centena de pessoas de vários partidos políticos, estudantes e líderes camponeses, apoio este já visível no pré-64.

Também conta-se às centenas o número de presos políticos da cidade de Goiás, conforme conclui David Maciel, a partir de dados coletados na Associação dos Anistiados do Estado de Goiás (ANIGO). Assim como os anteriores seu estudo demonstra a extensão da repressão, não apenas ativa nos mais distintos rincões do país, mas também atingindo as mais diversas

pessoas. No caso em tela, incluem-se na lista dos perseguidos não só "só os militantes de esquerda, mas os vitimados pela ditadura das mais variadas posições políticas, desde os membros da oposição autocrática (burguesa) até os apoiadores do golpe que, ao longo do tempo, "caíram em desgraça", como diversos políticos do PSD e UDN". Tal evidência permite ao autor identificar a "composição social e o perfil político e ideológico da esquerda goiana, suas formas de organização e luta, os movimentos sociais nos quais se inseriu e suas relações com o Estado", adentrando assim ao debate historiográfico sobre o tema.

A segunda seção deste número da revista Opsis apresenta outros artigos com temas livres e objetos variados de investigação. O primeiro, da autora Heloisa Helena Pacheco Cardoso, analisa o impacto das mudanças nas relações entre capital e trabalho decorrentes da reestruturação produtiva, a partir dos anos de 1980. Utilizando depoimentos de trabalhadores, integrantes das comemorações que repõem as memórias sobre a história da ThyssenKrupp no Brasil, a autora traz a questão sobre o uso das memórias como linguagens sociais para a pesquisa histórica.

O segundo artigo de Noé Freire Sandes e Cristiano Alencar Arrais, analisa a temática da transferência da capital para Goiânia, nos idos de 1942. Tais autores apontam como a produção acadêmica configura que "construção de uma nova capital", representando o progresso, a modernidade, "resultou na desconstrução da antiga, abrindo, entretanto, espaço para uma negociação entre presente e passado por meio da valorização do patrimônio histórico e da memória regional".

E o último artigo da seção de Cynthia Mara Miranda e Temis Gomes Parente discute a integração das políticas de gênero no Estado, ou *gender mainstreaming*, como uma inovação da gestão pública, resultado de uma intensa mobilização dos movimentos feministas e da Organização das Nações Unidas (ONU) em diversos países do mundo. Neste trabalho as autoras analisam a construção do conceito de gender mainstreaming, bem como contextualizam o papel das conferências internacionais da mulher promovidas pela ONU, com ênfase na Plataforma de Ação de Pequim, que promoveu uma mudança paradigmática na forma de se pensarem as questões de gênero nas políticas dos governos.

Finalizando esta edição, publicamos duas importantes resenhas. A primeira obra resenhada é de Daniela Arbex, intitulada *Holocausto Brasileiro/ Genocídio: 60 mil mortos no maior hospício do Brasil.* Este livro repõe os aspectos principais desta vergonha nacional que foram as casas de aprisionamento de pessoas consideradas loucas, denominadas de hospícios. Eliane Ganev recupera, não apenas a riqueza das fontes orais utilizadas por Daniela, mas amplia a reflexão trazendo evidências de que tal arbítrio desumano do poder é constante na historia do Brasil. No entanto, em todos os sentidos, nem

as técnicas arbitrárias da ditadura se comparam ao sofrimento de pessoas abandonadas nesses espaços como o do Hospício de Barbacena, em Minas Gerais, condenadas á torturas insanas ao longo de suas vidas.

E por último, a resenha do livro *Operaciones en contra: la CIA y el exilio de Jacobo Arbenz* de Roberto García Ferreira. As operações da conhecida agência de inteligência norte-americana (CIA) na América Latina são bastante conhecidas, particularmente pelo resgate de suas colaborações com ditaduras, as quais engendrou ou auxiliou diretamente. Mas pouquíssimas são as informações sobre as articulações de governos norte-americanos para desestabilizar presidentes eleitos democraticamente, via tal agência, através de intensa campanha desqualificadora veiculada pelos diferentes meios de comunicação do país. Este é o tema que nos traz a resenha de André Figueiredo Rodrigues que nos revela ainda a utilização de documentos localizados na Guatemala, Argentina, Chile, Uruguai, Paraguai e Brasil, demonstrando as estratégias utilizadas pela CIA e as conexões desta com senadores e presidentes norte-americanos, que resultaram na queda daquele presidente guatemalteco, eleito democraticamente.

Esperamos que esse número da revista *Opsis* contribua significativamente para o avanço do conhecimento acadêmico e do debate franco e aberto. Agradecemos aos/as pesquisadores/as que participaram de sua elaboração e esperamos que os textos aqui publicados incentivem docentes e estudantes em novas e pertinentes pesquisas. Em tempos complexos como da atual conjuntura, com o recrudescimento do conservadorismo no Brasil ou ainda a ascensão da extrema direita na Europa, é imperioso o esforço para compreensão da realidade que nos cerca. E ainda mais fundamental é lembrar, como frisou Karl Marx, *que "o livre desenvolvimento de cada um é a condição para o livre desenvolvimento de todos".*

Dra. Lilian Marta Grisolio Mendes
Dra. Vera Lucia Vieira

Junho de 2014